



CIDADE DE SÃO PAULO
SECRETARIA MUNICIPAL DA SAÚDE
DIVISÃO TÉCNICA DE SUPRIMENTOS
SETOR DE ATAS DE REGISTRO DE PREÇOS
Rua General Jardim, 36 – 3º andar – Vila Buarque – CEP 01223-010
EXTRATO

ATA DE REGISTRO DE PREÇO nº 570/2022-SMS.G
PROCESSO ADMINISTRATIVO nº 6018.2022/0014558-8
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 453/2022/SMS.G
ORGÃO GESTOR: SECRETARIA MUNICIPAL DA SAÚDE
DETENTORA: NS KARYDI INDÚSTRIA E COMÉRCIO LTDA
CNPJ: 24.728.467/0001-10
OBJETO: MACACÃO E COLETE PARA UTILIZAÇÃO DOS FUNCIONÁRIOS
NOS ATENDIMENTOS DO SAMU 192
VIGÊNCIA: 16/08/2022 A 16/08/2024⁽¹⁾

Item 01 MACACÃO – SAMU
R\$ 333,33/UN
MARCA: NS KARYDI
FABRICANTE: NS KARYDI
EMBALAGEM/APRESENTAÇÃO: INDIVIDUAL
PROCEDENCIA: NACIONAL
Código Supri: 11.255.005.001.0329-1

Item 02 COLETE, AZUL MARINHO, EM TECIDO PRE ENCOLHIDO - SAMU
R\$ 150,00/UN
MARCA: NS KARYDI
FABRICANTE: NS KARYDI
EMBALAGEM/APRESENTAÇÃO: INDIVIDUAL
PROCEDENCIA: NACIONAL
Código Supri: 11.255.005.001.0341-0

ITEM 01 - MACACÃO		
TAMANHOS	CMM	CMA
PP	20	240
P	47	564
M	57	684
G	60	720
GG	35	420
XG	17	204
XGG	12	144
XXGG	08	96

ITEM 02 - COLETE		
TAMANHOS	CMM	CMA
PP	12	144
P	50	600
M	56	672
G	40	480
GG	32	384
XG	04	48
XGG	04	48
XXGG	02	24

DEMAIS ESPECIFICAÇÕES CONFORME PUBLICAÇÃO NO DOC/SP DE 24/08/2022 PÁG. 91.

⁽¹⁾ PRORROGADO CONFORME PUBLICAÇÃO NO DOC/SP DE 29/05/2023.



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE SÃO PAULO
SECRETARIA MUNICIPAL DA SAÚDE
DIVISÃO TÉCNICA DE SUPRIMENTOS
SETOR DE ATAS DE REGISTRO DE PREÇOS
Rua General Jardim, 36 – 3º andar – Vila Buarque – CEP 01223-010

ATA DE REGISTRO DE PREÇO nº 570/2022-SMS.G
PROCESSO ADMINISTRATIVO nº 6018.2022/0014558-8
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 453/2022/SMS.G

Aos 16 dias do mês de agosto do ano dois mil e vinte e dois, no Gabinete da Secretaria Municipal da Saúde – SMS, situado na Rua General Jardim, 36 – Centro - São Paulo, de um lado, a **PREFEITURA DE SÃO PAULO**, através da **SECRETARIA MUNICIPAL DA SAÚDE**, neste ato representada pela Diretora da Divisão de Suprimentos, senhora **CLAUDIA CAMPOS CARDOSO**, por força da delegação conferida pela Portaria nº 890/13-SMS.G, de 30 de maio de 2013, doravante designada, simplesmente, **SMS**, e, de outro, a empresa **NS KARYDI INDÚSTRIA E COMÉRCIO LTDA**, CNPJ nº **24.728.467/0001-10**, com sede na Rod. Benevenuto Moretto, 1564, Uberaba, Bragança Paulista/SP, cep 12914-970, telefone 2473-0474/ 94178-7877, email comercial@nskarydi.com, vencedora e adjudicatária do **PREGÃO ELETRÔNICO** suprarreferido, neste ato representada pelo seu procurador, senhor **Nicolaos Stavros Karydi**, Sócio administrador, RG 34659001 SSP/SP, CPF 418.358.588-05, domiciliado em Bragança Paulista/SP, doravante denominada, simplesmente, **DETENTORA**, face o despacho proferido no **processo nº 6018.2022/0014558-8**, publicado no DOC/SP de 09/07/2022, página 113, resolvem firmar o presente instrumento, com fundamento no art. 15, II, da Lei nº 8.666/1993 e no art. 11 da Lei nº 10.520/2002, objetivando registrar o(s) preço(s) do(s) material(s) discriminado(s) na cláusula primeira, em conformidade com os termos do Edital do Pregão e seus Anexos e a proposta da DETENTORA, que integram o presente instrumento para todos os efeitos legais, bem como as seguintes cláusulas:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

1.1. Constitui objeto desta Ata o **REGISTRO DE PREÇOS PARA O FORNECIMENTO DE MACACÃO E COLETE PARA UTILIZAÇÃO DOS FUNCIONÁRIOS NOS ATENDIMENTOS DO SAMU 192**, descritos e especificados no Anexo I do Edital do **Pregão Eletrônico nº 453/2022/SMS**, cujos termos são parte integrantes deste instrumento, nas condições a seguir ajustadas:

CLÁUSULA SEGUNDA – DO PREÇO

2.1 O(s) preço(s) registrado(s) nesta Ata refere(m)-se ao(s) seguinte(s) item(ns):

Item 01 MACACÃO – SAMU

R\$ 333,33/UN

MARCA: NS KARYDI

FABRICANTE: NS KARYDI

EMBALAGEM/APRESENTAÇÃO: INDIVIDUAL

PROCEDENCIA: NACIONAL

Código Supri: 11.255.005.001.0329-1

Item 02 COLETE, AZUL MARINHO, EM TECIDO PRE ENCOLHIDO - SAMU

R\$ 150,00/UN

MARCA: NS KARYDI

FABRICANTE: NS KARYDI

EMBALAGEM/APRESENTAÇÃO: INDIVIDUAL

PROCEDENCIA: NACIONAL

Código Supri: 11.255.005.001.0341-0

2.2 O preço a ser pago pelo fornecimento realizado será aquele registrado neste instrumento, independentemente da data da entrega do objeto.

2.3 O preço registrado compreenderá todos os custos necessários à execução do objeto desta Ata de Registro de Preço, incluso frete até os locais de entrega.

CLÁUSULA TERCEIRA – DO REAJUSTE DE PREÇO

3.1. Não haverá reajuste do preço registrado.

3.2. O preço registrado poderá ser adequado pelo Departamento de Gestão de Suprimentos/COMPREM, nos termos do Decreto Municipal nº 49.286/08, em função da dinâmica do mercado, com elevação ou redução de seu respectivo valor obedecendo a seguinte metodologia:

3.2.1. Independentemente de solicitação da detentora, o preço registrado poderá ser revisto em decorrência de eventual redução daqueles praticados no mercado, cabendo ao órgão responsável convocar a DETENTORA para estabelecer o novo valor;

3.2.2. Frustrada a negociação com a DETENTORA, visando a redução dos preços registrados, no caso do subitem anterior, será o registro de preços cancelado, nos termos do art. 12, inciso IV, da Lei Municipal nº 13.278/2002 e subitem 9.1.3 da presente Ata de Registro de Preços;

3.2.3. O preço registrado poderá ser majorado mediante solicitação da DETENTORA, desde que seu pedido esteja acompanhado de documentos que comprovem a variação de preços do mercado, tais como tabelas de fabricantes, notas fiscais de aquisição do produto acabado ou de matérias-primas, etc.;

3.2.4. Os novos preços aprovados pela COMPREM só entrarão em vigor após a assinatura do respectivo aditivo contratual pelas partes, retroagindo seus efeitos à data do pedido de revisão ou à data da efetiva complementação dos documentos necessários para instruir o pedido, nos termos do Decreto Municipal nº 49.286/2008.

CLÁUSULA QUARTA – VALIDADE DO REGISTRO DE PREÇO

4.1. O prazo de vigência da presente Ata de Registro de Preços é de um ano, prorrogável por até igual período, nos termos do art. 14 do Decreto Municipal nº 56.144/2015, mediante o cumprimento satisfatório das obrigações da Detentora, bem como aferição de vantagem técnica/econômica mediante pesquisa mercadológica.

4.1.1. O atendimento do item 4.1, nas hipóteses em que os contratos decorrentes da utilização de Ata de RP onerarem dotação orçamentária referente à transferência de recursos de outro ente federativo, fica condicionada à observação da legislação do respectivo órgão.

CLÁUSULA QUINTA - DAS CONDIÇÕES DE FORNECIMENTO E DO PRAZO DE ENTREGA

5.1. O consumo médio estimado dos materiais, cujos preços são registrados nesta Ata, está distribuído, pela ordem, entre as seguintes unidades requisitantes:

ITEM 01 - MACACÃO		
TAMANHOS	CMM	CMA
PP	20	240
P	47	564
M	57	684
G	60	720
GG	35	420
XG	17	204
XGG	12	144
XXGG	08	96

ITEM 02 - COLETE		
TAMANHOS	CMM	CMA
PP	12	144
P	50	600
M	56	672
G	40	480
GG	32	384
XG	04	48
XGG	04	48
XXGG	02	24

5.2 Os materiais deverão ser entregues pela DETENTORA no seguinte endereço: **SAMU** – SERVIÇO DE ATENDIMENTO MÉDICO DE URGÊNCIA: Avenida Jaraguá, 858 – 2º andar – Bom Retiro – CEP: 01129-000 – Telefone: 3396-1400. Entrega com agendamento prévio.

5.3 A presente Ata de Registro de Preços não obriga a Administração a firmar as contratações de que dela poderão avir, facultada a realização de licitação

específica para a aquisição pretendida, devidamente justificada, sendo assegurada à DETENTORA a preferência em igualdade de condições.

5.3.1 As unidades requisitantes deverão certificar-se da conveniência de utilizarem a presente ata de registro de preço, realizando prévia pesquisa dos preços correntes no mercado para fornecimento do produto, nas mesmas condições previstas neste instrumento.

5.4 O contrato de fornecimento, apenas estará caracterizado após o recebimento pela DETENTORA das ordens de fornecimento, emitidas pelas unidades requisitantes, as quais deverão ter sido precedidas da emissão da competente nota de empenho após a publicação do despacho autorizatório no D.O.C.

5.4.1 Quando cabível a lavratura de termo de contrato, a DETENTORA deverá passar recibo na cópia, enviada via e-mail, que necessariamente lhe acompanhará, devolvendo-a também através de e-mail, no prazo de 03 (três) dias úteis, à unidade requisitante para que seja juntada aos autos.

5.5 A entrega da nota de empenho e a assinatura do termo contratual (quando este for exigível) ficarão condicionadas à apresentação, pela DETENTORA, dos seguintes documentos, devidamente atualizados:

5.5.1 Prova de regularidade para com a Fazenda Federal, mediante a apresentação de Certidão Conjunta de Débitos relativos a Tributos Federais e a Dívida Ativa da União;

5.5.2 Certificado de regularidade de situação perante o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço – FGTS;

5.5.3 Comprovação da inexistência de registro em nome da empresa junto ao CADIN – Cadastro Informativo Municipal.

5.6 Caso necessário, a DETENTORA deve atualizar suas informações no cadastro de credores do município em tempo hábil para emissão da Nota de Empenho.

5.7 A requisição de compra e a ARP poderão ser canceladas e o fornecedor penalizado, em caso de demora na atualização da documentação ou na regularização de qualquer situação impeditiva à realização da compra.

5.8 A partir da notificação formal, por meio eletrônico, informando a possibilidade de cancelamento da requisição de compra e da ARP, a DETENTORA terá dois dias úteis para regularização da documentação.

5.9. A DETENTORA estará obrigada a atender a todas as ordens de fornecimento, expedidas durante a vigência da presente Ata de Registro de Preço, mesmo que a respectiva entrega esteja prevista para data posterior a de seu termo final.

5.10 As ordens de fornecimento, juntamente com as notas de empenho, serão enviadas via e-mail, contendo data de expedição, quantidade pretendida, preço

unitário e total, local e prazo para entrega, carimbo e assinatura do responsável pela unidade requisitante.

5.10.1 Ao receber a ordem de fornecimento e a nota de empenho, via e-mail, a DETENTORA deverá delas passar recibo nas cópias que necessariamente lhe acompanharão, devolvendo-as também através de e-mail, NA MESMA DATA DO RECEBIMENTO, à unidade requisitante para que seja juntada aos autos dos processos de requisição e de liquidação e pagamento.

5.11 A DETENTORA é responsável por garantir as condições necessárias para recebimento por meio eletrônico das Ordens de Fornecimento, Notas de Empenho e documentos equivalentes, atualizando seu endereço eletrônico sempre que necessário.

5.12 O prazo máximo para entrega do produto será de 45 (quarenta e cinco) dias corridos, contados da data do recebimento pela DETENTORA de cada Ordem de Fornecimento.

5.12.1. O descumprimento do prazo estipulado no item 5.12 dará ensejo à aplicação das multas contratualmente previstas.

5.13 A entrega do objeto na unidade requisitante deverá ser acompanhada de nota fiscal ou nota fiscal fatura, bem como da cópia reprográfica da ordem de fornecimento e da nota de empenho.

5.14 As notas fiscais deverão conter os números dos lotes correspondentes a cada entrega, bem como a marca e o nome do fabricante do produto.

5.15 As unidades requisitantes não poderão receber produto diferente daquele objeto do registro de preço, sob pena de responsabilidade de quem tiver dado causa ao fato.

5.16 Constatadas irregularidades no objeto entregue, a unidade requisitante poderá:

5.16.1 Se disser respeito à especificação, rejeitá-lo no todo ou em parte, determinando sua substituição ou rescindindo a contratação, sem prejuízo das penalidades cabíveis;

5.16.1.1 Na hipótese de substituição, a DETENTORA deverá fazê-la em conformidade com a indicação da Administração, no prazo máximo de 05 (cinco) dias, contados da notificação por escrito.

5.16.2 Se disser respeito à diferença de quantidade ou de partes, determinar sua complementação ou rescindir a contratação, sem prejuízo das penalidades cabíveis;

5.16.2.1 Na hipótese de complementação, a DETENTORA deverá fazê-la em conformidade com a indicação da Administração, no prazo máximo de 05 (cinco) dias, contados da notificação por escrito, mantido o preço inicialmente contratado.

5.17 O recebimento do objeto dar-se-á definitivamente, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, contados a partir da entrega da fatura ou de documento equivalente, uma vez verificado o atendimento integral da quantidade e das especificações contratadas, mediante termo de recebimento definitivo ou recibo, firmado pelo servidor responsável.

5.18 O recebimento do material pelo órgão requisitante não exclui a responsabilidade civil do fornecedor por vícios de quantidade ou qualidade do produto verificadas posteriormente, garantindo-se ao órgão requisitante as faculdades previstas no art. 18 da Lei nº 8.078/1990.

5.19 As embalagens deverão ser acondicionadas conforme praxe do fabricante, trazendo impressa a indicação quantitativa, qualitativa, número de lote, data de fabricação e prazo de validade.

5.20 Os pedidos de prorrogação de prazo de entrega somente serão analisados pela Administração caso sejam requeridos até a data final prevista para a entrega e desde que estejam instruídos com as devidas justificativas e comprovação.

5.20.1 Os pedidos instruídos em condições diversas das previstas anteriormente serão indeferidos de pronto.

CLÁUSULA SEXTA – DA FORMA DE PAGAMENTO

6.1 O prazo de pagamento será de 30 (trinta) dias, contados da data final do adimplemento de cada fornecimento.

6.2 Em havendo atraso no pagamento, por culpa exclusiva da SMS, os valores devidos serão acrescidos da respectiva compensação financeira, mediante requerimento expresso da DETENTORA, nos termos da Portaria SF nº 05 de 05 de janeiro de 2012.

6.2.1 Para fins de cálculo da compensação financeira de que trata o subitem 6.2, o valor do principal devido será reajustado utilizando-se o índice oficial de remuneração básica da caderneta de poupança e de juros simples no mesmo percentual de juros incidentes sobre a caderneta de poupança para fins de compensação da mora (TR + 0,5% “pro-rata tempore”), observando-se, para tanto, o período correspondente à data prevista para o pagamento e aquela data em que o pagamento efetivamente ocorreu.

6.3 Para processar-se o pagamento, a DETENTORA deverá submeter à unidade requisitante a competente nota fiscal, acompanhada, cópia reprográfica da nota de empenho e da respectiva ordem de fornecimento.

6.3.1 Nas hipóteses em que a DETENTORA deva proceder a ajustes da documentação necessária ao pagamento, o prazo será interrompido e reiniciará a partir da data em que se der a regularização.

6.4 O pagamento será retido se houver pendências no CADIN.

6.5 Estando em termos a documentação apresentada, o pagamento devido será depositado na conta corrente que a DETENTORA deverá manter no BANCO DO BRASIL, conforme estabelecido no Decreto nº 51.197, de 22 de janeiro de 2010.

6.5.1 Em sendo a unidade requisitante entidade autárquica, a forma de pagamento será a eleita pela administração indireta.

CLÁUSULA SÉTIMA – DAS OUTRAS OBRIGAÇÕES DA DETENTORA

7.1 A DETENTORA responsabilizar-se-á por todos os prejuízos que porventura ocasione a SMS ou a terceiros, em razão da execução dos fornecimentos decorrentes da presente Ata.

7.2 Por ocasião da entrega na unidade requisitante os produtos devem apresentar validade do tecido: prazo máximo entre a data de fabricação do tecido e a data de entrega das vestimentas não poderá ser superior a 12 (doze) meses. Na hipótese de absoluta impossibilidade de cumprimento desta condição, devidamente justificada e previamente avaliada pela instância gestora das Atas de Registro de Preços – Divisão de Suprimentos / SMS-3, a Secretaria poderá, excepcionalmente, admitir a entrega, obrigando-se o fornecedor, quando acionado, a proceder a imediata substituição, à vista da inviabilidade de utilização dos materiais no período de validade.

7.3 A DETENTORA estará obrigada a atender a todos os pedidos efetuados durante a vigência da presente Ata de Registro de Preço, ainda que o fornecimento decorrente esteja previsto para ocorrer após o término de sua vigência.

7.4 A DETENTORA será responsável pela segurança do trabalho de seus empregados, em especial durante o transporte e descarga dos materiais.

7.5 A DETENTORA deverá arcar com todos os encargos de sua atividade, sejam eles trabalhistas, sociais, previdenciários, fiscais ou comerciais.

7.6 A DETENTORA estará obrigada a comparecer, sempre que solicitada, à sede da Unidade Requisitante, a fim de receber instruções, participar de reuniões ou para qualquer outra finalidade relacionada ao cumprimento de suas obrigações.

7.7 A DETENTORA deverá comunicar a SMS.3/Setor de Atas toda e qualquer alteração nos seus dados cadastrais, para atualização.

7.8 DETENTORA deverá observar todas as normas legais vigentes, obrigando-se a manter, durante o prazo de vigência da presente Ata e dos respectivos contratos, todas as condições de habilitação e de participação exigidas no procedimento licitatório que precedeu a celebração deste ajuste.

7.9 Em caso de suspeita de desvio de qualidade ou suspeita de irregularidade o fornecedor deverá arcar com os custos da análise, em laboratórios de controle de

qualidade acreditados junto ao Instituto de Pesquisas Tecnológicas (IPT) ou INMETRO ou Rede Brasileira de Laboratórios Analíticos em Saúde (REBLAS) em nome do Fabricante ou do Detentor do registro do produto na ANVISA. Os laudos emitidos serão considerados suficientes para exigir a substituição do produto quando o resultado for desfavorável, ou seja, diferente das especificações prometidas pelo fabricante. Todo produto considerado impróprio ao uso será encaminhado à Vigilância Sanitária para a inutilização nos termos legais.

CLÁUSULA OITAVA – DAS PENALIDADES

8.1 Além das sanções previstas no art. 7º da Lei Federal nº 10.520/2002 e demais normas pertinentes, o descumprimento de qualquer das obrigações assumidas pela DETENTORA importará na aplicação das seguintes penalidades, considerando a competência contida no Decreto 56.144/2015:

8.1.1 Pela recusa injustificada, ou cuja justificativa não seja aceita pela Administração, em assinar e devolver o termo de contrato, quando cabível, nos termos do item 5.4.1, ou dar recebimento à respectiva nota de empenho e à ordem de fornecimento, nos termos dos item 5.10 e subitem 5.10.1, no prazo estipulado, multa de 20% (vinte por cento) sobre o valor do ajuste, sem prejuízo da aplicação da pena de impedimento de licitar e contratar com a Administração Pública, pelo prazo de até 05 (cinco) anos, nos termos do art. 7º da Lei nº 10.520/2002;

8.1.1.1 Incidirá na mesma pena prevista no subitem 8.1.1, se a DETENTORA da Ata estiver impedida de firmar o termo de contrato ou de retirar a nota de empenho ou de retirar a ordem de fornecimento pela não apresentação dos documentos necessários para tanto, observando-se o item 5.11.

8.1.2 Pelo atraso na devolução da nota de empenho e ordem de fornecimento, nos termos do item 5.10 e subitem 5.10.1, multa diária de 1% (um por cento) sobre o valor do ajuste, até o décimo dia de atraso, após o qual será considerada a recusa injustificada prevista no subitem 8.1.1;

8.1.3 Pelo atraso na entrega do material, multa diária de 1% (um por cento) sobre o valor da parcela em atraso, até o máximo de 20% (vinte por cento). Ocorrendo atraso superior a 20 (vinte) dias, a unidade requisitante poderá, a seu critério, recusar o recebimento do material, aplicando as sanções referentes à inexecução parcial ou total do ajuste, conforme o caso;

8.1.4 Pelo atraso no cumprimento do prazo para substituição ou complementação do objeto entregue em desacordo com as especificações técnicas, multa diária de 1% (um por cento) sobre o valor da parcela entregue em desconformidade, até o limite de 20% (vinte por cento). Ocorrendo atraso superior a 20 (vinte) dias, a unidade requisitante poderá, a seu critério, recusar o recebimento do material, aplicando as sanções referentes à inexecução parcial ou total do ajuste, conforme o caso;

8.1.5 Pela inexecução parcial, multa de 20% (vinte por cento) sobre o valor correspondente à parcela dos materiais não entregues ou entregues em desacordo com as especificações técnicas;

8.1.6 Pela inexecução total, multa de 20% (vinte por cento) sobre o valor correspondente ao contrato ou à ordem de fornecimento decorrente da presente ata;

8.1.7 Pelo descumprimento de quaisquer outras obrigações decorrentes do presente ajuste, não previstos nos subitens anteriores, multa de 1% (um por cento) sobre o valor estimado da proposta ou do ajuste firmado, conforme o caso;

8.1.8 Pelo cancelamento ou rescisão da presente Ata de Registro de Preço por culpa da DETENTORA, multa de 20% (vinte por cento) sobre o valor do fornecimento mensal estimado multiplicado pelo número de meses faltantes para o termo final do ajuste.

8.1.9 Pela rescisão do contrato firmado, por culpa da DETENTORA, multa de 20% (vinte por cento) sobre o valor do fornecimento;

8.1.10 Pena de impedimento de licitar e contratar, pelo prazo de até 05 (cinco) anos, quando a gravidade das infrações cometidas recomendar o agravamento da pena.

8.2 As sanções são independentes e a aplicação de uma não exclui a das outras.

8.3 No caso de aplicação de eventuais penalidades será observado o procedimento previsto no Capítulo X do Decreto Municipal nº 44.279/2003 e na Seção II do Capítulo IV da Lei Federal nº 8.666/1993.

8.4 O prazo para pagamento de eventuais multas aplicadas será de 05 (cinco) dias úteis a contar da intimação da infratora. Caso seja possível, os valores devidos serão descontados do pagamento a que tiver direito a DETENTORA.

8.5 O não pagamento das multas devidas acarretará a inscrição do débito no CADIN e no Sistema Municipal da Dívida Ativa, bem como o ajuizamento do competente processo de execução fiscal.

8.6. O Órgão Participante deverá informar ao Órgão gerenciador quando a DETENTORA não atender as condições estabelecidas na ata de registro de preços ou recusar-se a firmar o contrato, bem como sobre as penalidades aplicadas.

CLÁUSULA NONA – DO CANCELAMENTO DA PRESENTE ATA

9.1 A presente Ata de Registro de Preço poderá ser cancelada, de pleno direito, pela SMS, assegurado o contraditório e a ampla defesa, quando a DETENTORA:

9.1.1 Descumprir as condições estabelecidas no presente instrumento ou normas legais aplicáveis à espécie;

9.1.2 Não firmar os contratos de fornecimentos ou deixar de dar recebimento à nota de empenho e ordem de fornecimento nos prazos previstos;

9.1.3 Não aceitar reduzir o preço registrado na hipótese deste tornar-se superior aos praticados no mercado;

9.1.4 Por razões de interesse público, devidamente motivadas e justificadas pela Administração;

9.1.5 Deixar de possuir qualquer das condições de habilitação e ou de participação exigidas na licitação;

9.1.6 Der causa à rescisão administrativa dos ajustes decorrentes da Ata de Registro de Preços.

9.2 A comunicação do cancelamento do preço registrado, nas hipóteses previstas nesta cláusula, será feita pessoalmente ou por correspondência com aviso de recebimento.

9.3 Esta Ata de Registro de Preço poderá ser rescindida nas hipóteses de rescisão dos contratos em geral, com as consequências legalmente previstas.

9.3.1 A Ata de Registro de Preço também poderá ser rescindida na hipótese de caracterização superveniente da prestação de trabalho nas condições aludidas no §1º, do art. 1º da Lei municipal nº 15.944/2013.

CLÁUSULA DÉCIMA – DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

10.1 Para a execução desta Ata de Registro de Preços, nenhuma das partes poderá oferecer, dar ou se comprometer a dar a quem quer que seja, ou aceitar ou se comprometer a aceitar de quem quer que seja, tanto por conta própria quanto por intermédio de outrem, qualquer pagamento, doação, compensação, vantagens financeiras ou não financeiras ou benefícios de qualquer espécie que constituam prática ilegal ou de corrupção, seja de forma direta ou indireta quanto ao objeto deste contrato, ou de outra forma a ele não relacionada, devendo garantir, ainda, que seus prepostos e colaboradores ajam da mesma forma. (sugestão de inclusão do item, diante do apontamento sobre pertinência da previsão no Processo nº 6067.2021/0015522-8 por meio da CGM).

10.2. Fica eleito o foro da comarca do Município de São Paulo para dirimir as eventuais controvérsias decorrentes do presente ajuste.

E por estarem de acordo, as partes Contratantes, foi por mim, Marilia Fernanda Costa, lavrado o presente instrumento, que lido e achado conforme, é assinado em duas vias de igual teor.

CLAUDIA CAMPOS CARDOZO
PEREIRA:13273725842

Assinado de forma digital por
CLAUDIA CAMPOS CARDOZO
PEREIRA:13273725842
Dados: 2022.08.16 15:44:01 -03'00'

**CLAUDIA CAMPOS CARDOSO
SECRETARIA MUNICIPAL DA SAÚDE**

DETENTORA:

NS KARYDI INDUSTRIA E COMERCIO
LTDA:24728467000110

NS KARYDI INDÚSTRIA E COMÉRCIO LTDA

Nome: Nicolaos Stavros Karydi

RG: 34659001 SSP/SP

CPF: 418.358.588-05

Testemunhas:

Rosilda

Gonçalves Brum

Assinado de forma digital
por Rosilda Gonçalves Brum
Dados: 2022.08.15 10:36:18
-03'00'

1) Nome: Rosilda Gonçalves Brum

R.G: 21.200.582.0

Marilia

Fernanda Costa

Assinado de forma digital
por Marilia Fernanda Costa
Dados: 2022.08.15 10:36:03
-03'00'

2) Nome: Marilia Fernanda Costa

R.G: 26.398.100

ANEXO I

Termo de Referência

ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS E CONDIÇÕES DE FORNECIMENTO

REGISTRO DE PREÇOS PARA O FORNECIMENTO DE MACACÃO E COLETE PARA UTILIZAÇÃO DOS FUNCIONÁRIOS NOS ATENDIMENTOS DO SAMU

192

ITEM 01 MACACÃO – SAMU

INFORMAÇÕES SOBRE TECIDO DO MACACÃO: Confeccionados em tecido pré-encolhido, largura total com ourela: 160 +/- 2 cm, na cor azul marinho padrão 519 do padrão SANTISTA e 193921 TC da Escala Pantone, tingimento em cores firmes, resistente ao uso e lavagens, composto de 67% de fibra poliéster e 33% de fibra de algodão, tipo Terbrim ou perfeitamente similar, com armação tipo Sarja 2x1, gramatura de 226g/m² e com bordas 100% overlocadas. O tecido deve ter resistência certificada nos seguintes testes: NBR9925 ou atualização posterior.

- Modelo FAA Americano (Internacional), adaptado, com fechamento em zíper frontal (azul marinho) com 02 puxadores em sentidos opostos.
- Gola tipo “Padre”, medindo 4 cm (altura), fechamento sobreposto com regulagem em velcro (mesmacor do tecido) na parte anterior da gola.
- Punhos e cintura, fechamento com velcro (mesma cor do tecido), com medidas aproximadas de 03 cm (largura) x 14 cm (comprimento) no punho e cintura 05 cm x 18cm.
- Ombreiras e joelhos com proteção acolchoada com fibra 6 mm e matelassê (manta 100 dupla). O reforço do joelho no formato retangular, medindo entre 23 a 33cm (A) x 18 a 25 cm (L), e no ombro no formato trapezoide, medindo entre 11 a 14cm (A) x 14cm(L).
- Deverá ter mangas longas.
- Na manga a direita de quem veste, acima da faixa refletiva deve ser bordado o emblema do SAMU192, medindo aproximadamente 07 cm (Largura) x 11 cm (altura), de acordo com o ANEXO II.
- Na manga esquerda de quem veste, 01 bolso retangular, com fecho lateral, aplicado em zíper de 15 cm, e sobre ele, mais dois bolsos externos sobrepostos, sendo, 01 bolso medindo 15 cm (altura) x 8 cm (largura) com duas aberturas, sendo uma delas com 2,5cm para guarda de caneta, e a outra com 5,5cm para guarda de lanterna para pupilas (que apresenta diâmetro de 3 cm). Na parte superior desse bolso deve ter bordada a bandeira do Município de São Paulo, medindo 6 cm (largura)x4 cm (altura).
- O bolso deve ser pregado logo acima da faixa refletiva.
- Nas costas, lateralmente, do ombro até a cintura, duas pregas embutidas (uma de cada lado), com a finalidade de propiciar maior expansão quando na movimentação dos braços e corpo. Entre elas deve ser bordado o logo do SAMU 192, medindo aproximadamente 25 cm (altura) x 15 cm (largura) – ANEXO II.
- Na cintura (parte traseira), elástico embutido, na mesma cor do tecido, sob um cinturão de tecido com 5 cm de largura, terminando em ajustadores laterais dianteiros com 5 cm de largura, com reforço em tecido sobreposto ao velcro, na mesma cor do tecido.

- 02 bolsos frontais superiores (um de cada lado), chapados, a partir da faixa refletiva da cintura, devendo acompanhar o contorno do abdômen altura mediana do tórax. Na parte superior, fechamento com zíper de aproximadamente 15 cm, rente, reforçado e sem anteparos, tendo acabamento oblíquo com as laterais menores voltadas para a abertura central do macacão e com pesponto em duas costuras.
- 02 bolsos frontais inferiores, a partir da cintura, retangulares com abertura tipo faca, medindo 23 cm (A) x 17 cm (L), chapados, base reta e com duas costuras paralelas, fixados a partir da cintura.
- 02 bolsos laterais, um em cada perna, retangulares, chapados, medindo 22 cm (A) x 18 cm (L), com fechamento em zíper rente, reforçado e sem anteparo.
- 01 bolso em face antero medial interna da coxa esquerda, para guarda de tesoura, com uma base reforço medindo 25cm (A) x 8cm (L) e uma faixa sobreposta com ponta superior arredondada medindo 21cm (A) x 7cm (L), fixada totalmente na base e nas laterais até 13,5cm (A) com botão de pressão fixado no centro da ponta da faixa para fechamento e formatação do bolso, duas costuras paralelas.
- 02 bolsos chapados laterais, um em cada perna, iniciando na barra até onde termina o reforço em matelassê do joelho, com duas costuras paralelas, fechamento em zíper rente, reforçado e sem anteparo.
- Abertura tipo canaleta, de 25 cm nas pernas, parte anterior, com fechamento em zíper sobre prega com reforço interno, que permita expansão de 10 cm quando aberta. O reforço tem a finalidade de proteção da pele do contato com o zíper.
- Barra com acabamento na máquina.
- 02 faixas em tecido pré-encolhido, tingimento em cores firmes, resistente ao uso e lavagem, uma na cor laranja (padrão 717 da escala Pantone) e uma na cor vermelha (padrão 186 da escala Pantone), de 15 mm de largura (cada uma delas) nas laterais, com espaço de 15 mm entre cada uma, sendo a de cor laranja na frente e a vermelha atrás, seguindo as costuras laterais, da cava até a barra. Ambas devem ser em tecido com cores firmes, tipo Terbrim ou perfeitamente similar, composto de 67% fibra de algodão e 33% fibra de poliéster.
- Tarjeta com velcro na mesma cor de tecido, medindo 4 cm de largura x 10 cm de comprimento, para identificação do servidor, acima do bolso esquerdo de quem veste.
- Faixas Refletivas medindo 5 cm de largura: contornando pernas, abaixo dos joelhos, frente do macacão, altura da cintura, sentido horizontal, nas costas sentido vertical, acompanhando as pregas embutidas laterais, contornando as mangas e fixadas na sobreposição de tecido que esconde o zíper.
- Bordado
- Tórax, lado esquerdo de quem veste, acima do bolso, logo do SAMU 192, conforme Anexo II, medindo 7 cm (L) x 11 cm (A).
- Aviamentos
- Linha 80 mista poliéster/algodão, ou 100% poliéster na cor do tecido para as costuras de fechamento, fixação e caseado, linha 120 mista poliéster/algodão ou 100% poliéster e filamento no overlock. Fabricada com fibras descontínuas de poliéster com alta tenacidade.
- Elástico de 50 mm de largura no cós;
- Zíper em nylon com cursor nº8;
- Faixa refletiva constituída 100% poliéster, em tecido para costura, na cor prata.

De alta qualidade, leve e flexível, resistente aos usuais métodos de lavagem, com alto índice de refletividade, aumentando a visibilidade noturna ou diurna em condições de pouca luz, mesmo sob chuva, visualização a longa distância, pespontada com linha incolor 100% poliéster, costura dupla.

- Travetes nas extremidades dos bolsos, final da vista, fixação dos passantes e na junção dos ganchos por sobre a costura de segurança do interlock;
- Caseado reto e simetria entre as partes; overlock nas partes desfiadas do tecido;
- Fecho de contato tipo velcro: deverá ser utilizado nas cores do tecido da vestimenta com tamanho de 25 mm, 33 mm e 50 mm de acordo com sua localização na peça. Sua natureza é 100% nylon composta de duas fitas, uma de poliamida e a outra com ganchos de polietileno HTH.,

CÓDIGO SUPRI: 11.255.005.001.0329-1

QUANTIDADE TOTAL: 3.072 (três mil e setenta e dois) macacões

ITEM 02 COLETE, AZUL MARINHO, EM TECIDO PRE ENCOLHIDO - SAMU

INFORMAÇÕES SOBRE O TECIDO DO COLETE: Confeccionado em tecido pré-encolhido, largura total com orela: 160 cm com tolerância de + ou - 2 cm, cor azul marinho padrão 519 do padrão SANTISTA. Cós com 7 cm de largura na altura da cintura.

Tingimento em cores firmes, resistente ao uso e lavagens, composto de 33% de fibra de poliéster e 67% de fibra de algodão tipo Terbrim, com armação tipo Sarja 3x1, gramatura de 236 g/m² e com bordas 100% overlocadas. **O tecido deve ter resistência certificada nos seguintes testes: NBR9925 ou atualização posterior.**

- Gola tipo "Padre", com pontas arredondadas, medindo 4 cm (altura).
- Fechamento em zíper frontal N° 8, na mesma cor do tecido, coberto com uma vista de 30 mm. Sua extensão vai desde a gola até o cós.
- Nas costas, lateralmente, do ombro até a cintura, Faixas Refletivas na cor prata e/ou microprismática cristal, medindo 5 cm de largura no sentido vertical.
- Entre elas deve ser bordado logo do SAMU 192, medindo aproximadamente 25 cm (A) x 15 cm (L). VIDE ANEXO II.
- Na altura do tórax, 02 bolsos quadrados frontais na parte superior (um a cada lado), medindo 15 cm (A) x 12 cm (L). No bolso Direito, deverá ter três aberturas na parte superior, com 3 cm de comprimento para guarda de caneta. Acima do bolso esquerdo de quem veste, tarjeta com velcro na mesma cor de tecido, medindo 4 cm de largura x 12 cm de comprimento, para identificação do servidor, fechamento por zíper reforçado n° 05. Neste bolso deverá ter o logo do SAMU 192. VIDE ANEXO II.
- Na altura do abdome, 4 cm acima do cós, 02 bolsos quadrados frontais na parte inferior (um a cada lado), prega fêmea, medindo 17 cm (L) x 22 cm (A), do tipo "fole", com adicional de tecido de 06 cm de profundidade formando pregas (nas laterais e na base), proporcionando maior dimensão interna quando aberto, em caso de guarda de volumes. Fechamento por zíper reforçado n° 05.

CÓDIGO SUPRI: 11.255.005.001.0341-0

QUANTIDADE TOTAL: 2.400 (dois mil e quatrocentos) coletes

EMBALAGEM:

- Os produtos devem ser embalados individualmente de forma que garanta a integridade do produto até o momento do uso.
- Reembalados de acordo com a praxe do fabricante, que garanta a integridade do produto até o momento de sua utilização. Rotulado conforme a legislação em vigor.
- Deverá constar na embalagem nome e CNPJ do fabricante ou distribuidor, procedência, descrição do conteúdo e tamanho.
- Especificar claramente a quantidade de unidades por embalagem ofertada.
- Identificação: Os produtos têxteis devem conter as seguintes informações afixadas em cada peça de forma não destacável com identificação do fabricante nacional ou do importador(CNPJ), país de origem, nome das fibras ou filamentos têxteis e seu conteúdo expresso em porcentagem, tamanho e orientações de conservação do produto têxtil, por meio de símbolos e/ou texto.

CONDIÇÕES GERAIS:

- O produto deverá atender à Lei nº 8078/90 (Código de Defesa do Consumidor) e às demais legislações pertinentes
- Os proponentes deverão indicar marca, fabricante e procedência do produto ofertado.
- Anexar folheto ou catálogo ou especificar na proposta os dados técnicos do produto ofertado.
- Deverá ser fixada em cada peça, uma etiqueta de identificação com a composição do tecido e identificação do fabricante, tamanho da mesma e modo de lavar, conforme NBR 3758/13 ou alteração posterior.
- A empresa deverá garantir pequenos ajustes no tamanho quando necessitar, no prazo máximo de dez dias, contados a partir de contato via e-mail.
- O fornecedor deve dar garantia de troca e reposição contra quaisquer defeitos de fabricação das vestimentas ofertadas, durante o período de garantia legal, tais como:
 - a) Rasgos;
 - b) Encolhimento ou alongamento;
 - c) Desbotamento e manchas;
 - d) Rompimento de costuras;
 - e) Queima dos aviamentos
- O produto que apresentar defeito de fabricação durante o período de garantia deverá ser trocado pelo fornecedor num prazo máximo de 05(cinco) dias úteis;
- Todas as peças deverão passar por processo de limpeza e retirada de excessos de fios de costuras, bem como passamento e dobragem das peças de forma que seja fácil a identificação de seu tamanho, quando necessário;
- As peças não deverão apresentar costuras tortas, rompidas, caídas, remontadas, incompletas, tensionadas ou frouxas, pontos falhos, franzimento nas costuras ou pregas;

- LAUDOS, DECLARAÇÕES E/OU CERTIFICAÇÕES EXIGIDAS:

- **TECIDO DO MACACÃO:** O tecido deve ter resistência certificada nos seguintes testes: NBR9925 ou atualização posterior; a empresa deverá apresentar declaração informando que cumpre as características apresentadas no descritivo do tecido do macacão.

- **TECIDO DAS FAIXAS:** a empresa deverá apresentar declaração informando que cumpre as características apresentadas no descritivo do tecido das faixas.
- **AVIAMENTOS:** a empresa deverá apresentar declaração informando que cumpre as características apresentadas no descritivo dos aviamentos.
- **LAUDOS, DECLARAÇÕES E/OU CERTIFICAÇÕES EXIGIDAS:**
- **TECIDO DO COLETE:** O tecido deve ter resistência certificada nos seguintes testes: NBR9925 ou atualização posterior; a empresa deverá apresentar declaração informando que cumpre as características apresentadas no descritivo do tecido do colete.
- A empresa deverá apresentar declaração de que seu produto cumpre com as características previstas no termo de referência.

DO RECEBIMENTO DO MATERIAL:

- O material será recebido da seguinte forma:
- I- PROVISORIAMENTE, no ato da entrega;
- II - DEFINITIVAMENTE, no prazo de 45 (quarenta e cinco) dias corridos, contados do recebimento, verificado a conformidade dos materiais com especificações constantes da proposta de preços, ou sanadas as eventuais pendências.
- **Prazo de Validade do Tecido:** o prazo máximo entre a data de fabricação do tecido e a data de entrega das vestimentas não poderá ser superior a 12 (doze) meses.
- **Garantia:** Para efeito de garantia do produto, será observado o que estabelece a Lei nº 8.078 de 11 de setembro de 1990 (Código de Defesa do Consumidor).

EMBALAGEM PRIMÁRIA E SECUNDÁRIA:

- As vestimentas devem ser separadas, identificadas e deverão ser acondicionadas em caixas de papelão com paredes duplas reforçadas, com quantidades iguais em tamanhos, e as peças embaladas individualmente em sacos plásticos hermeticamente fechados (com numeração visível), amarrados para armazenamento coletivo, de forma adequada ao transporte, às operações normais de carga e descarga e ao armazenamento abrigado.

IDENTIFICAÇÃO DAS CAIXAS E INDIVIDUAL:

- As embalagens finais devem ser identificadas externamente com as seguintes informações mínimas, marcadas de forma legível e indelével:
- Nome do fabricante e CNPJ;
- Identificação completa (quantitativo e qualitativo) do conteúdo e respectivos tamanhos;
- Números da Nota Fiscal e do Empenho/processo/Edital;
- Quantidade de embalagens em cada caixa ;
- Data de fabricação (mês e ano) e lote;

ANEXO I-A

BANDEIRA DO MUNICÍPIO DE SÃO PAULO:

<https://www.saopaulo.sp.leg.br/memoria/timeline/1917-o-brasao-e-a-bandeira-do-municipio/>

ANEXO I-B

MANUAL DE IDENTIDADE VISUAL DO SAMU:

http://bvsmms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/manual_identidade_visual_samu.pdf

ANEXO I-C

TABELA DE EQUIVALÊNCIA DAS NUMERAÇÕES PARA O MACACÃO:

NUMERAÇÃO	EQUIVALÊNCIA
34-36	PP
38- 40	P
42 - 44	M
46 - 48	G
50 - 52	GG
54 - 56	XG
58 - 60	XGG
62 - 64	XXGG

TABELA DE EQUIVALÊNCIA - MACACÃO MASCULINO E FEMININO (ABNT/CB-17)

A tabela de medida serve como referência, as modelagens/tabelas quando solicitadas devem obedecer às necessidades do cliente final

MASCULINO	PP	P	M	G	GG	XGG	XXGG	XXXGG
TÓRAX	90-95	95-99	100-104	105-109	110-114	115-119	120-124	125-129
CINTURA	80-84	85-89	90-94	95-99	100-104	105-109	110-115	115-120
QUADRIL	90-94	95-99	100-104	105-109	110-114	115-119	120-124	125-130

PESCOÇO	38	39	40	41	42	43	44	45
C. BRAÇO	61	62	63	64	65	66	67	68
COSTAS	45	46	47	48	49	50	51	52
ENTREPERNA A	75,5	77	78,5	80	81,5	83	84,5	86

FEMININO	PP	P	M	G	GG	XGG	XXGG	XXXGG
BUSTO	84-87	88-91	92-95	96-99	100-103	104-107	108-111	112-115
CINTURA	70-73	74-77	78-81	82-85	86-89	90-93	94-87	98-101
QUADRIL	94-97	98-101	102-105	106-109	110-113	114-117	118-121	122-125
PESCOÇO	35	36	37	38	39	40	41	42
C. BRAÇO	57	58	59	60	61	62	63	64
COSTAS	36	37	38	39	40	41	42	43
ENTREPERNA	73	74,5	76	77,5	79	80,5	82	83,5
C. CALÇA	100	102	104	106	108	110	112	114

ANEXO I-D
QUANTIDADES

ITEM 01 – MACACÃO		
TAMANHOS	CMM	CMA
PP	20	240
P	47	564
M	57	684
G	60	720
GG	35	420
XG	17	204
XGG	12	144
XXGG	8	96

ITEM 02 – COLETE		
TAMANHOS	CMM	CMA
PP	12	144
P	50	600
M	56	672
G	40	480
GG	32	384
XG	4	48
XGG	4	48
XXGG	2	24

CADASTRO INFORMATIVO MUNICIPAL - CADIN

Comprovante de Inexistência de Registros

Não foram encontradas pendências inscritas no Cadastro Informativo Municipal – CADIN para Pessoa Jurídica abaixo qualificada na data e hora indicada:

CNPJ Raiz: **24.728.467/0000-00**

Data: **12/08/2022**

Razão Social: **NS KARYDI INDUSTRIA E COMERCIO
LTDA.**

Hora: **15:33:37**

Número de Controle: **2022-0812-0220-3805**

Artigo 7º da Lei Municipal nº 14.094, de 06 de dezembro de 2005: "A inexistência de registro no CADIN MUNICIPAL não configura reconhecimento de regularidade de situação, nem elide a apresentação dos documentos exigidos em lei, decreto e demais atos normativos."

Este comprovante é expedido gratuitamente. Sua autenticidade poderá ser confirmada no Portal CADIN da Secretaria Municipal Fazenda do Município de São Paulo, no endereço:
<http://www.prefeitura.sp.gov.br/cadin/> por meio do código: 2022-0812-0220-3805.



MINISTÉRIO DA FAZENDA
Secretaria da Receita Federal do Brasil
Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional

**CERTIDÃO POSITIVA COM EFEITOS DE NEGATIVA DE DÉBITOS RELATIVOS AOS TRIBUTOS
FEDERAIS E À DÍVIDA ATIVA DA UNIÃO**

Nome: NS KARYDI INDUSTRIA E COMERCIO LTDA.
CNPJ: 24.728.467/0001-10

Ressalvado o direito de a Fazenda Nacional cobrar e inscrever quaisquer dívidas de responsabilidade do sujeito passivo acima identificado que vierem a ser apuradas, é certificado que:

1. constam débitos administrados pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) com exigibilidade suspensa nos termos do art. 151 da Lei nº 5.172, de 25 de outubro de 1966 - Código Tributário Nacional (CTN), ou objeto de decisão judicial que determina sua desconsideração para fins de certificação da regularidade fiscal, ou ainda não vencidos; e
2. não constam inscrições em Dívida Ativa da União (DAU) na Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN).

Conforme disposto nos arts. 205 e 206 do CTN, este documento tem os mesmos efeitos da certidão negativa.

Esta certidão é válida para o estabelecimento matriz e suas filiais e, no caso de ente federativo, para todos os órgãos e fundos públicos da administração direta a ele vinculados. Refere-se à situação do sujeito passivo no âmbito da RFB e da PGFN e abrange inclusive as contribuições sociais previstas nas alíneas 'a' a 'd' do parágrafo único do art. 11 da Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991.

A aceitação desta certidão está condicionada à verificação de sua autenticidade na Internet, nos endereços <<http://rfb.gov.br>> ou <<http://www.pgfn.gov.br>>.

Certidão emitida gratuitamente com base na Portaria Conjunta RFB/PGFN nº 1.751, de 2/10/2014.

Emitida às 11:08:10 do dia 21/06/2022 <hora e data de Brasília>.

Válida até 18/12/2022.

Código de controle da certidão: **9020.D874.6091.AC24**

Qualquer rasura ou emenda invalidará este documento.

[Voltar](#)[Imprimir](#)

Certificado de Regularidade do FGTS - CRF

Inscrição: 24.728.467/0001-10
Razão Social: N S KARYDI EIRELI
Endereço: R RUTH FRANCO ROCHA 44 / VILA BATISTA / BRAGANCA PAULISTA / SP / 12908-730

A Caixa Econômica Federal, no uso da atribuição que lhe confere o Art. 7, da Lei 8.036, de 11 de maio de 1990, certifica que, nesta data, a empresa acima identificada encontra-se em situação regular perante o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - FGTS.

O presente Certificado não servirá de prova contra cobrança de quaisquer débitos referentes a contribuições e/ou encargos devidos, decorrentes das obrigações com o FGTS.

Validade: 29/07/2022 a 27/08/2022

Certificação Número: 2022072902030169023230

Informação obtida em 04/08/2022 16:06:20

A utilização deste Certificado para os fins previstos em Lei esta condicionada a verificação de autenticidade no site da Caixa: www.caixa.gov.br